



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO N 19/2023

Proposio : Projeto de Lei n 09/2023
Autoria : Executivo
Assunto : "Institui o Programa de Recuperao Fiscal – REFIS, exclusivos para os débitos dos concessionários de lotes do Distrito Empresarial “Irmãos Nakano” no Município de Guará e dá outras providências".

1

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuioes legais;

APROVA:

Art. 1. Fica instituído, no Município de Guará, o Programa de Recuperao Fiscal – REFIS, destinado :

I – promover a regularizao de créditos no Município, decorrentes de débitos exclusivamente do inadimplemento das obrigaoes relativas às concessões onerosas de lotes das empresas concessionárias do Distrito Empresarial "Irmãos Nakano", relativos a tributos ou autos de infraoes em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2022, constituídos ou não, inscritos ou não em dvida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensas ou não, tributáveis ou não tributáveis, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos, além dos acordos adimplentes e os autos de infraoes lançados no exercício de 2022, relativos às cobranças de exercícios anteriores.

II – possibilitar a recuperao de créditos das empresas concessionárias que estejam devidamente inscritas nos cadastros imobiliários e mobiliários deste município.

Pargrafonico. O REFIS será administrado pela Secretaria de Finanças.

Art. 2. O programa REFIS obriga a preservao dos débitos originais atualizados monetariamente pelo IPCA-IBGE ou outrondice que vier a substituí-lo.

Art. 3. O ingresso no REFIS dar-se- por opo da empresa concessionária, que fará jus a regime especial de consolidao dos débitos incluídos no Programa, sejam aqueles decorrentes de obrigao própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data da opo.

1. A opo será formalizada pela empresa concessionária, a qualquer tempo e durante a vigência desta lei, dentro da escala prevista no artigo 4.

2. Caso o optante esteja em situao de descumprimento das obrigaoes estipuladas pelo artigo 6,  6 e  7, da Lei Municipal n 1.692, de 20 de dezembro de 2013, onde retratam  Cláusula 6, 6.2.2 e 6.2.3 do contrato de concessão do direito real de uso firmado entre as partes, deverá declarar que se compromete iniciar as obras

de construo do empreendimento, impreterivelmente, no prazo máximo de 03 (três) meses após o termino dos efeitos legais desta Lei, com ocupao de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de sua área, e iniciadas as atividades da empresa no prazo máximo de 01 (um) ano, a contar do ingresso neste REFIS.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 4º. Ficam reduzidos os juros e multas, nos percentuais abaixo indicados referentes ao pagamento dos débitos existentes e atualizados monetariamente, nos termos da legislação vigente até a data da opção e que os mesmos sejam recolhidos integralmente, por cadastro, em guia própria, como segue:

I – PARA PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA:

a) 100% (cem por cento) para o pagamento no ato da adesão.

b) 100% (cem por cento) de desconto sobre o saldo devedor remanescente dos acordos firmados até 31 de dezembro de 2022, estando inadimplente, corrigido pelo IPCA, ajuizados ou não no ato da adesão.

II – PARA PAGAMENTO PARCELADO:

a) 80% (oitenta por cento) para pagamento em até 12 meses;

a) 70% (setenta por cento) para pagamento em até 24 meses;

b) 60% (sessenta por cento) para pagamento de 36 meses;

c) 50% (cinquenta por cento) para pagamento até 48 meses.

§ 1º Nenhuma parcela poderá ser inferior a:

I - R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais para a empresa concessionária.

§ 2º Nos débitos já ajuizados, nos casos de adesão ao Programa REFIS, instituídos por esta lei, incidirá o percentual de 10% (dez por cento) a título de honorários advocatícios, acrescido das custas e despesas processuais, cujos respectivos honorários pertencerão aos procurados municipais, nos termos do artigo 85, §§ 2º, 14 e 19 do Código de Processo Civil.

Art. 5º Após os vencimentos dos débitos negociados pelo REFIS, as parcelas vencidas e não pagas, sujeitar-se-ão à atualização monetária e demais acréscimos legais, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º A opção pelo REFIS sujeita a empresa concessionária à aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretroatável de débito e expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso, bem como desistência dos já interpostos, não dispensando do pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

§ 1º A opção pelo REFIS também não desobriga a empresa concessionária do pagamento regular dos demais débitos municipais.

§ 2º O referido parcelamento poderá ser rescindido caso a empresa concessionária deixe de efetuar o pagamento do débito em noventa (90) dias de seu vencimento, bem como deverá ser objeto de protesto o montante que estiver em mora, nele podendo se incluir inclusive todas as prestações vencidas e vincendas.

Art. 7º A opção dar-se-á mediante requerimento da empresa concessionária ou seu procurador legalmente constituído, através de documento específico, em formulário próprio instituído pelo Setor de Tributos (Secretaria de



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Finanças), ou pelo pagamento  vista, através de guias prrias dos débitos, também emitidas pelo Setor de Tributos.

Art. 8 A inscrio em órgãos de proteo ao crédito dos débitos vencidos e não pagos previstos nesta Lei, que estejam em qualquer fase de cobrança administrativa ou judicial, desde que inscritos em dvida ativa.

Parágrafo nico. Nas hipóteses de que trata o “caput” deste artigo, o cancelamento do protesto ou da inscrio somente ocorrerá com o pagamento integral do débito e respectivas custas, despesas processuais e honorários advocatícios, se houverem.

Art. 9 Para a manuteno no REFIS previsto no Art. 1 desta Lei, a empresa concessionária deverá estar em dia com os débitos do exercício em curso, até o dia 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo nico. No exercício em que ocorrer a inadimplência de débitos de mesma natureza, a empresa concessionária será excluída do programa no exercício seguinte, restabelecendo-se os débitos originais.

Art. 10 A execuo do Programa de Recuperao Fiscal – REFIS fica incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias n 2.031 de 05 de julho de 2022, bem como no Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 11 As despesas com a execuo desta Lei ocorrerão por conta do orçamento vigente.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicao, terminando os seus efeitos legais no dia 31 de maio de 2023, podendo ser prorrogado por Decreto do Executivo.

Câmara Municipal de Guará/SP, 06/03/2023.

Flávio Roberto Chaudé
Presidente

Eduardo de Assis Matos
1 Secretário

Roberto Dias
2 Secretário